



**PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): LIMITES, DESAFIOS,  
POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS À GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO  
MUNICÍPIO DE COARACI-BA**

Maricélia de Souza Pereira Moreira<sup>1</sup>  
Emília Peixoto Vieira<sup>2</sup>

Ao longo dos últimos anos as discussões sobre a qualidade da educação infantil têm se intensificado e tomam por referência as recentes conquistas firmadas com a aprovação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) de nº 9394/96. Enquanto a primeira prescreve no Art.4, inciso IV ser dever do Estado a educação escolar pública mediante a garantia de "(...) atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade", a segunda assegura a Educação Infantil/EI como primeira etapa da educação básica, cuja finalidade é promover o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, em complemento à ação da família e da comunidade.

Desde a aprovação da Constituição Federal de 1988 e da LDB de nº 9394/96 diferentes políticas públicas voltadas ao atendimento da educação infantil têm sido implementadas com a finalidade de assegurar a responsabilidade do Estado com a educação das crianças, assim como a garantia dessa educação **como direito e com qualidade em instituições próprias de educação infantil. Contudo**, no atual cenário político, econômico, cultural torna-se imprescindível desenvolver estudos, pesquisas que permitam analisar o contexto controverso em que se inscrevem as políticas **públicas educacionais**.

Essa pesquisa intitulada "Plano de Ações Articuladas (PAR): limites, desafios, possibilidades e perspectivas à gestão da Educação Infantil no município de Coaraci-BA" se constitui em um desdobramento dos estudos desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa CNPq de Políticas Públicas e Gestão Educacional - PPeGE da Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC, e lança como problemática responder as seguintes questões-problema: Como

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Educação Básica - Mestrado Profissional da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Brasil. Participa do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão Educacional, da mesma instituição. Endereço eletrônico: moreiramsp@gmail.com

2 Doutora em Educação pela UNICAMP (2011). É Professora Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz, onde também foi Diretora do Departamento de Ciências da Educação - DCIE (2012-2014). É professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação na UESC. Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC/Brasil. Endereço eletrônico: emilcarl28@hotmail.com



o município de Coaraci-Ba se organizou para atender a etapa da Educação Infantil após aderir ao Plano de Ação Articuladas? Quais os reflexos dessa política sobre a EI no contexto municipal? Seus limites, desafios, possibilidades e perspectivas? O estudo estabelece como objetivo geral analisar, de forma dialógica, com os diferentes sujeitos envolvidos na gestão da educação infantil no município de Coaraci-BA como tem se configurado o planejamento e execução do PAR, identificando as ações e programas voltados à organização e atendimento a EI, seus limites, desafios, possibilidades e perspectivas.

Nesse estudo, utilizar-se-á a metodologia da Pesquisa-ação, a qual baseia-se no estabelecimento de ampla interação entre pesquisadora e comunidade investigada a fim de identificar problemas e soluções à gestão da educação infantil após adesão ao Plano de Ações Articuladas/PAR, entre o período de 2013-2017. O estudo encontra-se em fase inicial, em que se realiza estudo da arte sobre a temática e realiza os primeiros contatos com a secretaria de educação do município.

### **O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

O Plano de Ações Articuladas/PAR surge no contexto das políticas públicas educacionais no ano de 2007, articulado ao Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) que foi instituído pelo Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007, e é caracterizado como, “[...] uma estratégia de planejamento da política educacional do município, fundamentada no diagnóstico da educação municipal e com foco no alcance das metas e diretrizes do Compromisso Todos pela Educação” (BRASIL, 2007, p. 08).

O Plano de Desenvolvimento da Escola/PDE assume centralidade na condução das políticas uma vez que é partir dele que ocorre a criação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação; a elaboração do Plano de Ações Articuladas/PAR como condição obrigatória para recebimento de recursos pelos entes federados do governo; estruturação do apoio da União aos entes federados considerando os seguintes eixos: gestão educacional; formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar; recursos pedagógicos; infraestrutura física; criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/IDEB.

Em se tratando do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação as informações disponibilizadas no site do Ministério da Educação define-o como um compromisso fundamentado em vinte e oito diretrizes que materializa um plano de metas concretas e efetivas, cuja adesão voluntária dos entes federados implicam no compartilhamento de



competências políticas, técnicas e financeiras entre União, estados e municípios a fim de viabilizar a execução de programas e, em consequência, a manutenção e desenvolvimento da educação básica.

No âmbito do planejamento educacional, o Plano de Ações Articuladas/PAR apresenta a possibilidade de o município requerer um financiamento do governo por meio de um processo de descentralização, sem intervenção de emenda parlamentar. Esta política prevê a **captação de recursos** baseado no diagnóstico das carências e necessidades educacionais dos entes federados. Outro ponto relevante **é que a** realização desse diagnóstico deve contar com a participação da sociedade civil, aspecto considerado positivo, pois além de prevê a participação da sociedade nesse processo, trata-se de indicar o que de fato caracteriza as necessidades locais dos entes federados.

#### **CARACTERIZAÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE COARACI-BAHIA**

Após a promulgação da Constituição Federal/1988, muitas legislações foram instituídas ao longo das últimas décadas fazendo referência ao direito da criança a um atendimento educacional institucionalizado. Nesse contexto, os municípios começam a vivenciar uma realidade de reorganização das suas respectivas redes (VIEIRA, 2016).

Por meio dos primeiros contatos estabelecido com a Secretaria de Educação do município de Coaraci-BA, com a aplicação de um “espelho” direcionado ao secretário de educação e técnicos, e realização de visitas em diferentes instituições de educação infantil da rede para aplicação de questionário aos gestores escolares e docentes, alguns dados foram levantados e permitem traçar uma caracterização geral da rede quanto à sua organização para atender a EI. Nesse sentido, destaca-se a estruturação da rede em forma de Sistema de Ensino, a presença das Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Infantil, Conselho Municipal de Educação, Plano de Carreira, Diretrizes Municipais de Educação e Setor na Secretaria de Educação responsável pela Educação Infantil.

Quanto ao atendimento por matrículas na rede municipal, Coaraci-BA possui em 2016, 15 instituições de educação infantil entre creches e pré-escolas urbanas, 60 professores, 20 auxiliares e 02 cuidadoras para atender um total de 260 crianças na creche e 517 crianças na pré-escola. Segundo as informações disponibilizadas por técnicos da secretaria de educação ocorre o funcionamento da educação infantil no campo, espaço em



o atendimento acontece em turmas multisseriadas, constituídas por crianças de idades distintas e diferentes níveis e anos do ensino fundamental de 09 anos, Para o ano de 2016 cerca de 50 crianças, com idade entre 4 e 5 anos foram atendidas nesses espaços.

Por meio das visitas realizadas em várias instituições de educação infantil localizadas no perímetro urbano, foi constatado um número expressivo de creches e pré-escolas funcionando em locais impróprios, casas alugadas sem condições adequadas ao atendimento de crianças, instituições funcionando em espaços compartilhados ou prédios cedidos em que funcionava o fundamental I, os quais também não apresentavam as condições mínimas para funcionamento da EI.

## CONCLUSÕES

Nessa fase inicial, não foi possível ainda identificar quais ações e programas vinculados ao Plano de Ações Articuladas/PAR que focalizam a educação infantil chegaram ao município de Coaraci-BA, nem levantar informações/dados sobre a organização do município em se tratando da gestão da educação infantil após aderir ao Plano. No entanto, os dados preliminares apontam a relevância das políticas públicas voltadas para o atendimento às crianças no contexto municipal, assim como a necessidade de seguir na luta pela garantia de oferta de uma educação de qualidade às nas instituições de educação infantil.

Nesse sentido, os próximos passos da pesquisa é analisar o que de fato mudou na Educação Infantil após o município aderir ao Plano de Ações Articuladas/PAR? Identificar ações e programas vinculados ao PAR que focalizam a EI no contexto municipal e os reflexos sobre o atendimento às crianças.

**Palavras-chave:** Política Educacional. Plano de Ações Articuladas/PAR. Educação Infantil;

## REFERÊNCIAS



BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 05 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Guia de programas. Brasília, DF, jun., 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto Presidencial Nº 6094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, pela União em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de abril de 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo, Cortez, 1985.

VIEIRA, Emília Peixoto. Projeto de Pesquisa: **Gestão escolar e o trabalho docente na Educação Infantil no Sul da Bahia**: desafios e perspectivas. Ilhéus, BA: [Projeto de Pesquisa], 2016, p.1-9.